

PROGRAMA DE CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO

Aquisição de serviços de Organização e Dinamização de Bootcamps, no âmbito do projeto nº 18729, 'StartUp Voucher' ao abrigo da alínea a), do nº 1, do artigo 20.º, Código dos Contratos Públicos.

DPCP2025CP23

Índice

Artigo 1º - Objeto do Concurso	3
Artigo 2º - Entidade Adjudicante	3
Artigo 3º - Órgão que tomou a Decisão de contratar.....	3
Artigo 4º - Disponibilização e acesso ao procedimento	3
Artigo 5º - Órgão competente para prestar esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais	3
Artigo 6º - Preço Base	4
Artigo 7º - Critério de Adjudicação	4
Artigo 8º - Modelo de Avaliação das Propostas	4
Artigo 9º - Critério de Desempate.....	9
SECÇÃO III – Propostas	9
Artigo 10º - Modo e Prazo para Apresentação de Propostas	9
Artigo 11º - Idioma dos Documentos da Proposta	10
Artigo 12º - Proposta	10
Artigo 13º - Retirada da proposta	10
Artigo 14º - Proteção de dados.....	10
Artigo 15º - Documentos que acompanham a Proposta	10
Artigo 16º - Proposta com variantes	11
SECÇÃO IV – Análise das Propostas	12
Artigo 17º - Análise das Propostas	12
SECÇÃO V – Adjudicação	12
Artigo 18º - Escolha do Adjudicatário.....	12
Artigo 19º - Notificação da Adjudicação	13
SECÇÃO VI – Declarações e Documentos	13
Artigo 20º - Documentos de Habilitação.....	13
Artigo 21º - Caução.....	13
SECÇÃO VII – Disposições Finais	14
Artigo 22º - Fundamentação da Escolha do Procedimento	14
Artigo 23º - Legislação Aplicável	14
Anexo I.....	15

SECÇÃO I – Disposições Gerais

Artigo 1º - Objeto do Concurso

Aquisição de Serviços para Organização e Dinamização de Bootcamps no âmbito do desenvolvimento do Projeto nº 18729 ‘*StartUp Voucher*’.

Artigo 2º - Entidade Adjudicante

A entidade Contratante é o IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., adiante designado por IAPMEI, com sede, na Rua dos Salazares, nº 842, no Porto, número de identificação fiscal 501373357, e com as instalações em Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício A, 1649 – 038 Lisboa, endereço eletrónico info@iapmei.pt, telefone (351) 213 83 60 00.

Artigo 3º - Órgão que tomou a Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho Diretivo do IAPMEI, em 23/05/2025, sobre a Proposta 120/CBS/2025.

Artigo 4º - Disponibilização e acesso ao procedimento

O presente procedimento corre os seus termos na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, acessível através do endereço <https://www.acingov.pt>.

Artigo 5º - Órgão competente para prestar esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

a) O júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados;

- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

SECÇÃO II – Critério de Adjudicação e Preço Base

Artigo 6º - Preço Base

1. O preço base do procedimento é de 228.600,0€ (duzentos e vinte e oito mil e seiscentos euros) aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base foi determinado com base na informação disponível do mercado para serviços de natureza similar aos englobados no objeto do presente procedimento.

Artigo 7º - Critério de Adjudicação

1. Nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 74º do Código de Contratos Públicos, adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade multifator.
2. Para a determinação do critério de adjudicação, os fatores considerados são:
 - a) Qualidade (Q)
 - b) Equipa Técnica (ET)
 - c) Sustentabilidade Empresarial (SE)

Artigo 8º - Modelo de Avaliação das Propostas

1. Para efeitos do disposto no artigo anterior, e nos termos do nº 2 do artigo nº 74º do CCP, para apreciação das propostas apresentadas a concurso e adjudicação à proposta economicamente mais vantajosa, será adotado o modelo de avaliação baseado na ponderação dos seguintes fatores:
 - a) Qualidade (Q) – 50%
 - b) Equipa Técnica (ET) – 40%;
 - c) Sustentabilidade Empresarial (SE) – 10%
2. A avaliação do fator de Qualidade (Q) corresponderá ao resultado da soma aritmética simples da pontuação em cada parâmetro, atribuída numa escala de zero (0) a vinte (20) valores, em que

0 corresponde ao valor mínimo e 20 ao valor máximo da pontuação, a atribuir pelo júri com base na avaliação:

QUALIDADE (Q): Qualidade da proposta relativamente à metodologia e recursos para a dinamização dos Bootcamps e mecanismos para garantir a eficácia da execução dos serviços inerentes ao objeto do presente procedimento.		
Parâmetro	Avaliação	Pontuação
Criatividade e Inovação	A proposta apresenta uma metodologia inovadora e interativa e recursos tecnológicos avançados para a dinamização dos três (3) Bootcamps: <ul style="list-style-type: none"> • Bootcamp I - Oportunidades de mercado e desenvolvimento de ideias • Bootcamp II - Modelo de negócio e MVP • Bootcamp III - Plano de negócios, financiamento e comunicação 	20
	A proposta apresenta uma metodologia inovadora e interativa e recursos tecnológicos avançados para a dinamização de dois (2) dos seguintes bootcamps: <ul style="list-style-type: none"> • Bootcamp I - Oportunidades de mercado e desenvolvimento de ideias • Bootcamp II - Modelo de negócio e MVP • Bootcamp III - Plano de negócios, financiamento e comunicação 	10
	A proposta não apresenta uma metodologia inovadora e interativa e recursos tecnológicos avançados para a dinamização de pelo menos dois (2) Bootcamps	0
Planeamento, acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia	A proposta apresenta, seis (6) ou mais mecanismos e/ou instrumentos específicos para garantir a eficácia da execução dos serviços nas fases de planeamento, acompanhamento, monitorização e avaliação de resultados.	20
	A proposta apresenta, quatro (4) a cinco (5) mecanismos e/ou instrumentos específicos para garantir a eficácia da execução dos serviços nas fases de planeamento,	10

	acompanhamento, monitorização e avaliação de resultados.	
	A proposta apresenta, menos de quatro (4) mecanismos e/ou instrumentos específicos para garantir a eficácia da execução dos serviços nas fases de planeamento, acompanhamento, monitorização e avaliação de resultados.	0

3. A avaliação do fator de Equipa Técnica (ET) corresponderá ao resultado da soma aritmética simples da pontuação em cada parâmetro, atribuída numa escala de zero (0) a vinte (20) valores, em que 0 corresponde ao valor mínimo e 20 ao valor máximo da pontuação, a atribuir pelo júri com base na avaliação:

EQUIPA TÉCNICA (ET): Adequação da equipa técnica permanente a afetar à execução do contrato – obrigatoriamente constituída pelo mínimo de três (3) elementos – considerando a relevância para o projeto dos respetivos níveis de qualificação, áreas de qualificação e da experiência prévia.		
Parâmetro	Avaliação	Pontuação
Nível de Qualificação ¹	Três ou mais elementos da equipa permanente possuem nível de qualificação 6 (Licenciatura) ou superior.	20
	Dois elementos da equipa permanente possuem nível de qualificação 6 (Licenciatura) ou superior.	10
	Um ou nenhum elemento da equipa permanente possui nível de qualificação 6 (Licenciatura) ou superior.	0
Área de Qualificação ¹	No seu conjunto, a equipa permanente apresenta um nível de qualificação 6 (Licenciatura) ou superior, distribuídas seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Informática e ▪ Ciências Empresariais 	20
	No seu conjunto, a equipa permanente apresenta um nível de qualificação 6 (Licenciatura) ou superior numa das seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Informática ou ▪ Ciências Empresariais 	10

	No seu conjunto, a equipa permanente não apresenta um nível de qualificação 6 (Licenciatura) ou superior, em qualquer das seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Informática e/ou ▪ Ciências Empresariais 	0
Experiência	A equipa permanente deve reunir, entre eles, no mínimo, cinco (5) anos de experiência relevante para a execução do contrato, obtida desde 2015, inclusive, comprovada com pelo menos cinco (5) evidências de trabalhos distribuídas pelas seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Informática ▪ Ciências Empresariais 	20
	A equipa permanente deve reunir, entre eles, no mínimo, três (3) anos de experiência relevante para a execução do contrato, obtida desde 2015, inclusive, comprovada com pelo menos três (3) evidências de trabalhos distribuídas pelas seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Informática ▪ Ciências Empresariais 	10
	A equipa permanente não reúne, entre eles, no mínimo, três (3) anos de experiência relevante para a execução do contrato, obtida desde 2015 nas seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Informática ▪ Ciências Empresariais 	0
¹ De acordo com o Quadro Europeu de Qualificações.		

4. A avaliação do fator Sustentabilidade Empresarial (SE) corresponderá ao resultado da soma aritmética simples da pontuação em cada parâmetro, atribuída numa escala de zero (0) a vinte (20) valores, em que 0 corresponde ao valor mínimo e 20 ao valor máximo da pontuação, a atribuir pelo júri com base na avaliação:

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (SE): Compromisso empresarial com as práticas sustentáveis.		
Parâmetro	Avaliação	Pontuação

Práticas ambientais sustentáveis	A proposta apresenta evidências da aplicação de pelo menos duas (2) práticas ambientais sustentáveis (desde 2022) em serviços que se enquadrem no objeto do presente procedimento.	20
	A proposta apresenta evidências da aplicação de pelo menos uma (1) prática ambiental sustentável (desde 2022) em serviços que se enquadrem no objeto do presente procedimento.	10
	A proposta não apresenta qualquer evidência da aplicação de práticas ambientais sustentáveis (desde 2022) em serviços que se enquadrem no objeto do presente procedimento.	0
Práticas sociais sustentáveis	A proposta apresenta evidências da aplicação de pelo menos duas (2) práticas sociais sustentáveis (desde 2022) em serviços que se enquadrem no objeto do presente procedimento.	20
	A proposta apresenta evidências da aplicação de pelo menos uma (1) prática sociais sustentável (desde 2022) em serviços que se enquadrem no objeto do presente procedimento.	10
	A proposta não apresenta qualquer evidência da aplicação de práticas sociais sustentáveis (desde 2022) em serviços que se enquadrem no objeto do presente procedimento.	0

5. Para comprovar os requisitos mencionados nos números anteriores, podem ser apresentados portefólios; *links* diretos para sítios da internet de acesso público; relatórios; declarações de entidades a quem foram prestados serviços parcial ou totalmente equiparados aos do objeto do presente procedimento, com identificação das partes, data de início e termo do contrato, descrição sumária dos serviços/funções desempenhadas, devidamente certificada.

6. No âmbito do número anterior, apenas são consideradas como comprovadas as informações acompanhadas de elemento inequívocos da autenticidade da informação apresentada, e desde que das mesmas, em conjunto ou isoladamente, não resulte qualquer dúvida para a Entidade Adjudicante sobre o atributo em análise.

7. A Pontuação Final (PF) corresponde ao resultado da soma das pontuações obtidas em cada fator, multiplicadas pelos valores dos respetivos coeficientes de ponderação, com a aplicação do seguinte modelo de cálculo a utilizar pelo júri:

$$PF = (Q \times 50\%) + (ET \times 40\%) + (SE \times 10\%)$$

Onde:

FP = Pontuação Final

Q = Qualidade

ET = Equipa Técnica

SE = Sustentabilidade Empresarial

8. O arredondamento dos resultados é considerado até às décimas.

9. Os concorrentes serão ordenados segundo a pontuação final obtida, por ordem decrescente, tendo por base os fatores indicados, sendo ordenada em primeiro lugar a proposta com a maior pontuação final.

Artigo 9º - Critério de Desempate

1. Nos termos do nº 4 do artigo 74º do Código de Contratos Públicos, no pressuposto de empate das propostas após a aplicação do modelo de avaliação, os critérios de desempate utilizados são os seguintes, pela ordem em que são indicados:

- a) Primeiro fator de desempate: a maior pontuação obtida no fator Qualidade
- b) Segundo fator de desempate: a maior pontuação obtida no fator Equipa Técnica
- c) Terceiro fator de desempate: a maior pontuação obtida no fator Sustentabilidade Empresarial

2. Se, da aplicação do critério referido no número anterior, não for possível desempatar as propostas, os concorrentes serão notificados de data e local para a execução de sorteio presencial.

SECÇÃO III – Propostas

Artigo 10º - Modo e Prazo para Apresentação de Propostas

1. As propostas, bem como os documentos que as integram, devem ser apresentados até às 17:00 (dezassete horas) do 30º dia a contar da data de envio do anúncio para o Diário da República.

2. O prazo fixado para a apresentação das propostas é contínuo nos termos do disposto no nº 3 do art.º 470º do Código de Contratos Públicos, a contar da data do envio do anúncio do concurso público aos Serviços das Publicações Oficiais da União Europeia.

3. A proposta deve ser assinada eletronicamente, bem como os documentos que a integra, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos da legislação em vigor, art.º 54º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 11º - Idioma dos Documentos da Proposta

As propostas bem como os documentos que as integram, devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 58º do CCP, contudo, a documentação de carácter eminentemente técnico, nomeadamente, catálogos, certificados, manuais técnicos e similares podem ser apresentados em língua inglesa.

Artigo 12º - Proposta

A proposta, deve ser instruída com os seguintes elementos:

1. O Preço das propostas deve ser indicado em algarismos e por extenso, e ser apresentado em Euros, com duas casas decimais, e sem IVA incluído.
2. As propostas devem ser elaboradas em perfeita conformidade com os Artigos do Caderno de Encargos o que implica o seu conhecimento e a sua aceitação total, a cujo cumprimento se obriguem.
3. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações aos Artigos do Caderno de Encargos.
4. Os Concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante o prazo de 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação de propostas.

Artigo 13º - Retirada da proposta

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando, para tanto, que o comuniquem.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 14º - Proteção de dados

O tratamento de dados pessoais obedecerá ao disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), sendo os mesmos utilizados exclusivamente para os fins decorrentes do presente procedimento, seja na fase da formação do contrato, seja na fase da respetiva execução.

Artigo 15º - Documentos que acompanham a Proposta

1. Devem acompanhar as propostas os seguintes documentos:
 - a) Documento referido na alínea b) do nº 1 do artigo 57º do CCP;

- b) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) conforme Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016 (Modelo em anexo 4; <https://webgate.acceptance.ec.europa.eu/espd/request/ca/overview>)
 - c) Preenchimento da declaração de cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, 27 de abril de 2016, em Anexo I ao Programa de Concurso;
 - d) Proposta no âmbito do fator qualidade, com a apresentação dos respetivos fundamentos, coerentes com as especificidades do Projeto e comprovativos que evidenciem a capacidade de implementação como, e.g., portefólio de recursos tecnológicos, humanos e parcerias e relatórios de resultados em projetos anteriores.
 - e) Documentos correspondentes a cada elemento da equipa permanente a afetar à execução do contrato:
 - i. *Curriculum vitae* com formação e a experiência profissional discriminadas desde 2015 inclusive;
 - ii. Certificados de habilitações literárias;
 - iii. Certificados de qualificações profissionais ou equiparados;
 - iv. Declaração de autorização de utilização dos currículos e de aceitação dos serviços em caso de adjudicação, emitidas pelos membros da equipa;
 - f) Lista de práticas sustentáveis em cada uma das dimensões em avaliação – Ambiental e de Social – implementadas pelo concorrente, juntamente com os comprovativos que as evidenciem para efeitos de avaliação da respetiva proposta.
 - g) Outros documentos probatórios do cumprimento dos requisitos para avaliação dos fatores indicados nos números 2, 3 e 4 do artigo 8º do presente programa do concurso, bem como outros que o concorrente considere indispensáveis e que contenham os atributos da proposta.
2. Em substituição da reprodução integral dos documentos referidos no número anterior, as propostas podem ser acompanhadas da indicação dos sítios da Internet onde aqueles ou informação complementar possam ser consultados, bem como a informação necessária à sua consulta direta e inequívoca.

Artigo 16º - Proposta com variantes

1. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes, considerando-se como tal, entre outras, a introdução de alterações às peças do procedimento.

2. O incumprimento do previsto no número anterior é fundamento de exclusão da proposta ou propostas variantes apresentadas, bem como da proposta base.

SECÇÃO IV – Análise das Propostas

Artigo 17º - Análise das Propostas

1. As propostas admitidas são analisadas tendo em conta os seus atributos, densificados pelos aspetos submetidos à concorrência, termos e condições e demais exigências previstas no caderno de encargos.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 57º do CCP;
 - b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto no art.º 49º do CCP;
 - c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d) Que o preço apresentado seja superior ao preço base;
 - e) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - f) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.
 - g) Que violem o disposto no caderno de encargos e no programa do concurso.

SECÇÃO V – Adjudicação

Artigo 18º - Escolha do Adjudicatário

A escolha do Adjudicatário pela entidade competente, feita ao abrigo do disposto no artigo 7º deste Programa do Concurso, terá por base um relatório fundamentado (relatório final) a elaborar pelo júri do concurso, depois de cumpridas as formalidades legais.

Artigo 19º - Notificação da Adjudicação

Todos os Concorrentes serão notificados em simultâneo da decisão de adjudicação em sede de plataforma eletrónica de compras públicas AcinGov.

SECÇÃO VI – Declarações e Documentos

Artigo 20º - Documentos de Habilitação

1. O Adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação os documentos de habilitação referidos no artigo 81º do CCP, designadamente:
 - a) Declaração conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
 - b) Certidões, ou disponibilização dos respetivos códigos de acesso para a consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - Situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português;
 - Situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social;
 - c) Certidão do registo criminal da empresa e dos titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - d) Certidão do registo comercial, onde conste a matrícula e todas as inscrições em vigor nomeadamente a forma de obrigar.
2. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
3. Todos os documentos de habilitação devem ser apresentados na plataforma eletrónica de compras públicas AcinGov.
4. O adjudicatário deve entregar cópia do documento obtido em consulta eletrónica, feita pelo próprio, no RCBE, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º n.º 1 do CCP.

Artigo 21º - Caução

Não é exigida caução, conforme disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, considerando que o preço contratual é inferior a € 500 000,00.

SECÇÃO VII – Disposições Finais

Artigo 22º - Fundamentação da Escolha do Procedimento

O presente procedimento por concurso público é adotado nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 20º e dos artigos 130º e seguintes, todos do CCP.

Artigo 23º - Legislação Aplicável

Em tudo o que o Programa do presente concurso for omissa observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação e regulamentação aplicável.

Anexo I

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

(RGPD)

(Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, 27 de abril de 2016)

O concorrente (nome) _____, com o NIPC _____, que

apresenta proposta para o Procedimento nº **DPCP2025CP23 – Aquisição de serviços de Organização e Dinamização de Bootcamps**”, ao abrigo da alínea a), do número 1, do artigo 20.º, Código dos Contratos Públicos.”, para o IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. declara que se obriga a cumprir e a fazer cumprir o disposto no Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, no que respeita às regras relativas à proteção das pessoas singulares, ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, que entrou em vigor em 25 de Maio de 2018.

_____, ____ de _____ de 2025